



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

42  
tp.

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO N. 0007863-42.2012.8.17.0000 (0267320-7/01)**

EMBARGANTE: FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Maria de Fátima Moraes da Silva

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEITADOS OS EMBARGOS.**

O acórdão embargado limitou-se a manter incólume a decisão agravada, para tanto, fez-se remição aos seus termos, motivo pelo qual, foram transcritos trechos da decisão proferida nos autos da Apelação n. 267320-7 (fls. 64/65).

Sendo assim, esta Relatoria não teceu considerações complementares sobre o caso, apenas transcreveu trechos da decisão agravada, em que foi considerada a necessidade de anular-se a sentença prolatada pelo magistrado de primeiro grau.

**Unanimemente, rejeitaram-se os embargos declaratórios.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação nº 267320-7/01 em que figura como embargante FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e como embargada Maria de Fátima Moares da Silva,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em rejeitar os declaratórios**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17/09/13

  
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

43  
Top.

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO N. 0007863-42.2012.8.17.0000 (0267320-7/01)**

EMBARGANTE: FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Maria de Fátima Moraes da Silva

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 267320-7/01 (autos em apenso), que por unanimidade, negou provimento ao recurso.

Aduz o embargante, em síntese, que o acórdão embargado, ao invés de limitar-se a manter incólume a decisão agravada, emitiu, contraditoriamente, considerações acerca do próprio mérito da controvérsia. Argumenta o embargante que o mérito da lide ainda não está em discussão no presente caso, motivo pelo qual, o acórdão embargado jamais poderia tecer considerações meritórias.

Por derradeiro, requer que os aclaratórios sejam providos para que sejam excluídas do acórdão embargado todas as passagens atinentes ao mérito da controvérsia, cuja parte dispositiva deverá ficar restrita ao improvimento do agravo legal com a confirmação da decisão monocrática agravada, a qual, deu provimento ao apelo no sentido de anular a sentença combatida, determinando-se o retorno dos presentes autos ao juízo de origem a fim de que se dê prosseguimento ao feito.

Em razão dos embargos declaratórios terem sido interpostos, com efeito, modificativo, o embargado foi intimado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme descrito no despacho de fls.37. Conforme certidão de fls. 39, não foram apresentadas contra-razões.

É o relatório.

**VOTO**

Não merece prosperar a insurgência do embargante. Explico.

O acórdão embargado limitou-se a manter incólume a decisão agravada, para tanto, fez-se remissão aos seus termos, motivo pelo qual, foram transcritos trechos da decisão proferida nos autos da Apelação n. 267320-7 (fls. 64/65).

Sendo assim, esta Relatoria não teceu considerações complementares sobre o caso, apenas transcreveu trechos da decisão agravada, em que foi considerada a necessidade de anular-se a sentença prolatada pelo magistrado de primeiro grau.

Ante todo o exposto, em razão da ausência dos pressupostos legais ensejadores dos embargos declaratórios, voto pelo **improvemento** dos embargos.

Recife, 17/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator